

**MATRIZES DE MATERIALIDADE.
EVIDÊNCIAS DA DIVULGAÇÃO NOS RELATÓRIOS
INTEGRADOS E DE SUSTENTABILIDADE
DE EMPRESAS DO PSI20**

**MATERIALITY MATRICES.
EVIDENCE OF DISCLOSURE WITHIN THE INTEGRATED
AND SUSTAINABILITY REPORTS OF THE
PSI20 COMPANIES**

Leonor Fernandes Ferreira

Ex-Directora da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada
leonor.ferreira@lis.ulusiada.pt
Orcid: 0000-0002-6544-7511

DOI: <https://doi.org/10.34628/QNVY-4D10>

Data de submissão / Submission date: 11/03/2024

Data de aprovação / Acceptance date: 22/03/2024

Resumo: A materialidade não financeira, ou dupla materialidade, é um conceito recente e ainda impreciso, o que propicia a incerteza na sua aplicação, tornando provável que o relato não financeiro das empresas careça de objetividade, fiabilidade e comparabilidade. Este trabalho investiga as matrizes de materialidade divulgadas nos relatórios integrados e de sustentabilidade de empresas portuguesas cotadas na *Euronext Lisbon*. Para as sete empresas que em 2018 divulgaram uma matriz de materialidade nos seus relatórios integrados ou de sustentabilidade, todas elas incluídas no PSI 20, é feita uma análise de conteúdo. O estudo abrange o exame do formato das matrizes e as variáveis nelas representadas, que são os temas materiais e a definição de materialidade que lhes subjaz, bem como os *stakeholders* a quem esses temas interessam e o modo como são consultados e se envolvem no processo de definição da materialidade. As conclusões do estudo revelam a escassez de matrizes de materialidade divulgadas e evidenciam que as divulgações de matrizes de materialidade nos relatórios não financeiros apresentam disparidade. Em todas as matrizes, as empresas divulgam temas ambientais, sociais e de governança corporativa. As matrizes evidenciam *stakeholders* internos e externos, sendo os ‘Colaboradores’ e o ‘Estado e outras entidades oficiais’ referenciados por todas as empresas, e os clientes e fornecedores pela maioria delas, mas as formas de consulta e envolvimento dos *stakeholders* variam de empresa para empresa. A investigação contribui, no âmbito limitado das matrizes de materialidade, para o conhecimento do *status quo* da harmonização do relato não financeiro. As divulgações de materialidade dependem de julgamento e estão associadas às características da empresa. Embora o ambiente legal e a indústria onde cada empresa opera possam influenciar a divulgação da materialidade não financeira, a escolha da abordagem ou quadro de reporte importa. A regulamentação ainda imprecisa e a diversidade nas práticas de divulgação resultam em falta de harmonização e, logo, de comparabilidade. Para aumentar a comparabilidade e a usabilidade dos relatórios, recomenda-se que os reguladores, legisladores e comissões de normalização ponderem a eventual elaboração de diretrizes ou um padrão de relatório comum.

Palavras-chave: Relato não financeiro; Materialidade; Divulgações; Matriz de materialidade; Sustentabilidade; Global reporting initiative; PSI 20.

JEL: M14, 41 M47

Abstract: Non-financial materiality, or double materiality, is a recent and vague concept, which leads to uncertainty in its application, making it likely that companies' non-financial reporting lacks objectivity, reliability, and comparability. This paper investigates the materiality matrices disclosed in the integrated and sustainability reports based on a sample of companies listed on *Euronext Lisbon*. The only seven companies that disclosed a materiality matrix in their 2018 annual reports are part of the PSI 20. A content analysis of the non-financial materiality covers the process of mapping the materiality matrix, its format and the variables represented there. They are the material topics and the underlying non-financial materiality concept, as well as the stakeholders to whom those topics matter, and how they have been consulted and engaged in the process of defining the matrix. The findings reveal the scarcity of disclosed materiality matrices by the PSI20 companies and that the materiality matrices in non-financial reports present great disparity. All the companies disclose environmental, social and governance topics, yet the framework they applied differs. Both internal and external stakeholders are shown in the matrices, with employees and the State and other official entities being referred by all of them, and customers and suppliers by most of them. The forms of stakeholders' consultation and engagement varies from company to company. The research contributes, within the limited scope of materiality matrices, to the knowledge of the *status quo* of the harmonization of non-financial reporting. The legal environment and the industries in which a company operates, and its management and business models, might influence the disclosure of double materiality, yet the approach chosen to report non-financial materiality matters. Materiality disclosures depend on judgment and are associated with the company characteristics. Vague regulation and the diversity of disclosures and presentation formats result in a lack of harmonization and, therefore, comparability. To increase the comparability and usability of these reports, it is recommended that regulators, legislators, and standardization committees consider the possibility of developing further guidelines or a common reporting standard.

Key words: Non-financial reporting; Materiality; Disclosure; Materiality matrix; Sustainability; Global reporting initiative; PSI 20.

JEL: M14, 41 M47

1. Introdução

A materialidade não financeira, ou dupla materialidade, é um conceito novo e impreciso, o que propicia a incerteza na sua aplicação, tornando provável que o relato não financeiro das empresas careça de objetividade, fiabilidade e comparabilidade. Este trabalho investiga as matrizes de materialidade divulgadas nos relatórios integrados e nos relatórios de sustentabilidade das empresas cotadas no PSI20 da *Euronext Lisbon*. É feita uma análise de conteúdo das matrizes, examinando-se o seu formato e as variáveis nelas representadas, nomeadamente os temas materiais e a definição de materialidade que lhes subjaz, bem como os *stakeholders* a quem esses temas interessam e o modo como são consultados e se envolvem no processo de definição da materialidade.

Cada vez mais empresas são solicitadas a divulgar não só a posição financeira e o seu desempenho financeiro, mas também o impacto ambiental, social e de governação (ESG, *environmental, societal and governace*) das suas atividades. Esta procura crescente por transparência tem origem numa variedade de fatores, incluindo a consciência global sobre questões de sustentabilidade, a informação de investidores e outros *stakeholders*, e a necessidade de cumprir requisitos regulamentares cada vez mais exigentes (Leite, 2023). A Diretiva Europeia 2014/95/UE marca um ponto de viragem significativo na divulgação de informações não financeiras. Esta diretiva obriga cada país a regular a obrigação das entidades de interesse público, de apresentar novas demonstrações que incluam, no mínimo, informações relacionadas com “questões ambientais, sociais e laborais, respeito pelos direitos humanos, questões anticorrupção e suborno” (Comissão Europeia, 2014). No relato não financeiro, o conceito de materialidade serve como um filtro que identifica quais as informações não financeiras que são relevantes para os leitores. Coexistindo várias abordagens ou quadros de reporte, as empresas optam por estruturas diversas de organização e apresentação dessa informação, que assim aparece integrada quer em relatório integrado quer em relatório de sustentabilidade, consoante a escolha efetuada pelos responsáveis da empresa.

O trabalho contribui, no limitado âmbito das matrizes de materialidade, para o conhecimento do *status quo* da harmonização de relatórios não financeiros dessas empresas. Este estudo responde à necessidade de uma maior investigação que examine a materialidade nos relatórios não financeiros e contribui para a literatura sobre as práticas de divulgação da materialidade não financeira, uma vez que observa a divulgação das matrizes de materialidade em empresas que ope-

ram em várias indústrias e fornece uma primeira avaliação das matrizes de materialidade que se crê tenha interesse para os utilizadores do relato empresarial.

Analisar, nas empresas do PSI 20, as matrizes de materialidade, quanto à sua forma e seu conteúdo, é, pois, o propósito desta investigação.

Para além desta introdução, o trabalho encontra-se organizado em três partes: na secção 2, discute-se o conceito de materialidade e a sua evolução. A secção 3 revê os estudos empíricos sobre materialidade não financeira e dupla materialidade. A secção 4 descreve os aspetos metodológicos adotados neste trabalho. A secção 5 apresenta os resultados do estudo sobre a divulgação de matrizes de materialidade pelas empresas do PSI 20, em 2018, quantos, quais e que tipo de temas materiais foram selecionados pelas empresas, quantas e quais são as partes interessadas a quem tais temas mais interessam e de que modo esses *stakeholders* foram auscultados e envolvidos no processo de elaboração das matrizes de materialidade. Por fim, a secção 6 sintetiza a conclusão, limitações do estudo e sugestões para possíveis investigações futuras.

2. Definições de Materialidade

O conceito de *dupla materialidade* foi formalmente introduzido pela Comissão Europeia no seu suplemento de 2019 às Diretrizes para Relatórios Não Financeiros, especificamente relacionado com informações climáticas. Esta ideia incentiva as empresas a avaliar a materialidade através de dois prismas distintos (Comissão Europeia, 2019: 6): (i) “na medida necessária para uma compreensão do desenvolvimento, desempenho e posição da empresa” e “no sentido lato de afetar o valor da empresa”; (ii) as consequências ambientais e sociais das atividades de uma empresa sobre uma ampla gama de partes interessadas. Além disso, há um apelo implícito para examinar a forma como estas duas facetas estão interligadas. Antes da introdução formal do termo dupla materialidade, o segundo elemento já havia sido estabelecido e utilizado de diversas maneiras.

O Quadro 1 identifica os documentos-chave onde se enuncia o conceito de materialidade e as datas em que foram publicados, marcando-se assim a evolução temporal da *materialidade financeira*, mais antiga e da *materialidade de impacto*, que inclui a materialidade social e a materialidade ambiental, e a *dupla materialidade*, para que tenderam os desenvolvimentos das divulgações sobre objetivos de desenvolvimento sustentável e, recentemente, as diretivas europeias sobre normas de relato de sustentabilidade, cuja aplicação é esperada, não só para as maiores empresas com títulos admitidos à cotação, mas terá futuramente o seu âmbito alargado às pequenas e médias empresas. No Anexo 1, apresentam-se as várias definições de materialidade.

Quadro 1. Definições de Materialidade

Tipo de Materialidade	Origem da Definição
Materialidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Integrated Reporting Framework (IIRC, 2013) • International Financial Reporting Standards (IFRS, 2018) • Sustainability Accounting Standarts (SASB, 2023)
Materialidade de impacto*	<ul style="list-style-type: none"> • AA1000 AccountAbility Principles (2018) • Global Report Initiative Standards (GRI, 2023)
Dupla materialidade	<ul style="list-style-type: none"> • Non-Financial Reporting Directive (NFRD, 2014) • Sustainable Development Goals Disclosure (SDGD, 2020) • European Sustainability Reporting Standards (ESRS, 2023)

*Denominada também *materialidade social* e *materialidade ambiental*.

Fonte: Elaboração da autora.

A *materialidade financeira* é um conceito mais antigo. Encontra-se espelhado nas normas internacionais de relato financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as IAS /IFRS¹, que o Sistema de Normatização Contabilística (SNC) adaptou à realidade portuguesa. Propôs um conceito de materialidade decalcado do que se encontra nas normas de relato do IASB, o qual aparece ligada à relevância e natureza da informação, ou ainda, à dimensão ou omissão de um erro. Com efeito, a Estrutura Concetual do SNC refere-se à materialidade financeira da seguinte forma:

“A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação tenha de ter para ser útil.” (SNC, 2009; 2015: Parágrafo 30)

As definições de materialidade financeira mostram-se pouco claras e enfermam de falta de objetividade. Corroborando o posicionamento da literatura quanto à subjetividade do tema, concorda-se com Coelho (2016) , quando afirma que:

“A subjetividade do conceito de materialidade resulta da sua componente qualitativa. Esta subjetividade influencia a sua aplicabilidade prática quer do

¹ IFRS é a sigla de *International Financial Reporting Standard* e IAS é o acrónimo de *International Accounting Standard*.

ponto de vista dos preparadores quer de outros profissionais que utilizam o conceito, como os auditores” (Coelho, 2016: 13).

Os conceitos de materialidade não financeira e dupla materialidade são normativos, sendo as definições apresentadas pela GRI, NFRD e SDGD as que têm sido mais atendidas.

De acordo com o GRI, que se admite seja a abordagem de aplicação mais generalizada no relato não financeiro, os temas com *materialidade de impacto* são “aqueles temas que têm impacto direto ou indireto na capacidade de uma organização criar, preservar ou destruir valor económico, ambiental e social para si mesma, para as suas partes interessadas e para a sociedade em geral” (GRI 2023: 3).

A Diretiva do Relato Não Financeiro (NFRD, *Non Financial Reporting Directive*)², publicada em 2014, exige que certas grandes empresas (com mais de 500 empregados, em média) divulguem informações sobre as suas estratégias, riscos e resultados em relação à proteção ambiental, à responsabilidade social e ao tratamento de colaboradores com o objetivo de aumentar a transparência e promover a responsabilidade social corporativa. Além de fornecerem uma descrição do seu modelo de negócio, incluindo todos os impactos ambientais e sociais, bem como a natureza e o âmbito das suas atividades, as empresas são obrigadas a fornecer informações sobre a sua política de diversidade e, se aplicável, sobre os seus processos de *due diligence* (Parlamento Europeu e Conselho, 2014).

Em 2022, a Diretiva do Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD, *Corporate Sustainability Reporting Directive*)³ expande a NFRD e moderniza a regulamentação relativa à comunicação de informações sociais e ambientais pelas empresas. O seu âmbito abrange agora um conjunto mais amplo de grandes empresas, mas também pequenas e médias empresas (PMEs) cotadas, que passam a estar obrigadas a divulgar informações sobre sustentabilidade, depois de um período inicial onde o poderão fazer de modo voluntário (Parlamento Europeu e Conselho 2022).

A evolução esperada no relato de materialidade não financeira é que, futuramente, as empresas qu apliquem o conceito de dupla materialidade constante da legislação resultante da transposição para ordenamento jurídico nacional da CSRD sigam a definição de dupla materialidade enunciada nas novas normas europeias de relato de sustentabilidade, as ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*). Esse conceito refere que:

“A materialidade deve ser entendida como o critério para inclusão de informações específicas nos relatórios de sustentabilidade. Reflete (i) a importância da informação em relação ao fenómeno que pretende retratar ou explicar, bem como (ii) a sua capacidade de atender às necessidades das partes interessadas

² Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2014 .

³ Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022.

do empreendimento, permitindo a tomada de decisões adequadas, e mais em geral (iii) as necessidades de transparência correspondentes ao bem público europeu. A implementação da materialidade implica a utilização de limites e/ou critérios.” (Comissão Europeia 2023: 12)

Admite-se a necessidade de uma definição universal e de um quadro teórico comum, uma vez que a maioria das normas difere nas definições e abordagens à materialidade (Fiandrino, Tonelli e Devalle, 2022). Apoiando-se nesta hipótese, Jørgensen, Mjøs e Pedersen (2022) analisaram o uso paralelo das abordagens GRI Standards e Sustainability Accounting Standards Board (SASB) à materialidade e descobriram que pode surgir confusão entre as partes interessadas devido a diferentes definições e percepções dos relatórios de sustentabilidade. No entanto, Baumüller e Sopp (2022) afirmam que, embora a materialidade seja definida de forma heterogênea em diferentes normas de reporte, os requisitos de reporte sobre questões de sustentabilidade mudaram ao longo das últimas décadas com uma abordagem mais homogênea apoiada pela implementação da CSRD e das normas correspondentes.

Em Portugal, desde 2015 que o Código das Sociedades Comerciais (CSC) estabelece que as entidades de interesse público devem divulgar um conjunto de informações não financeiras. Conforme se encontra estipulado no artigo 66.º do CSC⁴ o relatório de gestão das sociedades comerciais:

“Deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.” (CSC, n.º 1 do artigo 66.º).

Sobre essas divulgações de informação não financeira, o legislador esclarece ainda que:

“Deve consistir numa análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da posição da sociedade, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade.” (CSC, artigo 66.º, n.º 2).

Estabelece o Código das Sociedades Comerciais que:

“A informação a prestar aos sócios e acionistas pelos órgãos de gestão de uma sociedade incluirá no seu relatório anual, na medida do necessário à compreensão da evolução dos negócios, do desempenho ou da posição da sociedade,

⁴ Cf. a redação dada pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho de 2015, intitulado “Artigo 5.º - Alteração ao Código das Sociedades Comerciais”.

a análise prevista no número anterior deve abranger tanto os aspectos financeiros como, quando adequado, referências de desempenho não financeiras relevantes para as actividades específicas da sociedade, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos trabalhadores.” (CSC, artigo 66.º, n.º 3).

No entanto, o disposto no Código das Sociedades Comerciais também é vago, permitindo flexibilidade e abrindo campo à diversidade na apresentação e divulgação da materialidade não financeira nos relatórios anuais.

Um processo de avaliação da materialidade não financeira inclui, geralmente, as seguintes fases: (i) identificar e categorizar os temas materiais (*v.g.*, questões-chave, problemas) (ii) identificar grupos de partes interessadas, internas e externas, geradoras de negócios; (iii) recolher dados dessas partes interessadas, auscultando-as ou consultando-as; (iv) mapear e priorizar os temas, envolvendo as partes interessadas; (v) alinhar os temas materiais com a visão da gestão do negócio; (vi) desenvolver a estratégia.

Uma matriz de materialidade é um quadro que permite a visualização dos temas materiais e os relaciona com as partes interessadas, para além de estabelecer prioridades para os temas. Calabrese et al. (2017, 2019) propõem um método integrando a matriz de materialidade da GRI como sendo uma “matriz de adequação” para análise de materialidade em relatórios de sustentabilidade, exemplificado através da aplicação a uma pequena e média empresa. Esta abordagem ajuda a priorizar as questões de sustentabilidade e aumenta a transparência e a eficácia da comunicação corporativa sobre sustentabilidade. Inclui um teste de consistência para reduzir a subjetividade, oferecendo perceções de como alinhar as estratégias de sustentabilidade com a responsabilização das partes interessadas.

De acordo com Beske et al. (2020: 169), “a matriz de materialidade é uma ferramenta típica para relatar a conformidade e a influência das visões das partes interessadas e da gestão em relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.”

3. Estudos Empíricos

A literatura sobre a materialidade no relato não financeiro tem tido um crescimento notável desde 2010 (Fiandrino, Tonelli e Devalle 2022). Os estudos abrangem uma variedade de aspetos que vão desde revisões teóricas e críticas das definições de materialidade e suas aplicações no processo de avaliação da materialidade (*materiality assessment process, MAP*), revisões de literatura e pesquisas sobre as práticas de divulgação da própria materialidade. Os resultados desses estudos oferecem informações valiosas para os académicos, gestores de empresas e reguladores que precisam de se envolver no cenário em evolução do

relato não financeiro. Esta seção revê os estudos empíricos sobre materialidade não financeira, os temas, as partes interessadas e a matriz de materialidade.

Diversas indústrias já foram analisadas, em diferentes geografias, quanto aos níveis de divulgação de materialidade, tendo sido propostos índices de divulgação que medem o grau, a qualidade e a transparência das divulgações, bem como os temas materiais e a sua prioridade relativa.

Existe consenso no tocante a aceitar que a maioria das indústrias está atrasada em termos das suas análises de materialidade. Guix, Font e Bonilla-Priego (2019) estudaram avaliações de materialidade na indústria hoteleira e identificaram fatores que influenciam a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Os autores descobriram que os gestores de sustentabilidade de grandes grupos hoteleiros muitas vezes não tinham recursos nem capacidades necessários para realizar avaliações sistemáticas de materialidade. Karagiannis et al. (2022) chegaram a resultado semelhante ao analisarem a divulgação de materialidade em relatórios de sustentabilidade do setor marítimo e Papafloratos et al. (2023) investigaram questões essenciais de sustentabilidade na indústria química com resultados comparáveis. Tomou-se evidente que, embora a indústria química reconheça a importância das avaliações de materialidade, sendo as alterações climáticas, a saúde e a segurança, o responsável e a poluição e o abastecimento os temas mais frequentemente abordados, o conteúdo e o detalhe dos relatórios de sustentabilidade poderiam ser melhorados.

Madasu (2019) examinou os relatórios de sustentabilidade das empresas indianas do Índice Dow Jones de Sustentabilidade e constatou que essas empresas ainda estão nos estágios iniciais da análise de materialidade. Farooq et al. (2021) investigaram empresas cotadas sediadas nos estados-membros do Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo e descobriram que, embora o número de empresas que reportam tenha aumentado, a taxa ainda é baixa e a aplicação de padrões internacionais diminuiu. No entanto, uma melhor governança corporativa e um melhor desempenho financeiro podem levar a avanços notáveis.

Com base na amostra de organizações listadas no Top 40 da Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE), Cerbone e Maroun (2020) concluíram que empresas com lógicas de mercado, profissionais e *stakeholders* alinhadas possuem os processos mais sofisticados para avaliar a materialidade. Sepúlveda-Alzate, García-Benau e Gomez-Villegas (2021) investigaram a materialidade das informações ESG, isto é, ambiental, social e de governança, nos relatórios de sustentabilidade de empresas listadas na América Latina e exigem maior envolvimento das partes interessadas.

No que diz respeito à Itália, o estudo de Torelli et al. (2019) deu uma contribuição significativa para a compreensão das práticas de relato não financeiro entre as empresas italianas. Centrando-se no período entre 2013 e 2016, oferece uma avaliação abrangente de como estas empresas aplicavam o princípio da materialidade nas suas divulgações não financeiras. A análise de conteúdo baseada na revisão manual de 148 relatórios esclarece a interação entre o nível de mate-

rialidade e o envolvimento das partes interessadas em vários setores. Uma das principais conclusões do estudo de Torelli (2019) é a correlação evidente entre o tipo de indústria e a medida em que o princípio da materialidade é aplicada nos relatórios não financeiros. Mais recentemente, Croxatto (2024) investigou a dupla materialidade nos relatórios não financeiros das empresas italianas listadas no índice FTSE MIB, em resposta à Diretiva Europeia 2022/2464 (CSRD). A pesquisa avalia as práticas de divulgação, a incorporação de temas materiais e a extensão do envolvimento dos *stakeholders* no processo de avaliação da materialidade nessas empresas. A análise comparativa, com pequenas empresas italianas e com entidades do Euro Stoxx 50, destaca variações significativas nas abordagens de reporte, indicando a necessidade de práticas padronizadas. As conclusões sublinham as disparidades nos relatórios quanto às divulgações acerca da dupla materialidade, enfatizando a necessidade de um quadro de referência unificado para aumentar a fiabilidade e a comparabilidade dos relatórios não financeiros.

Weitzel (2022), procurou evidências sobre materialidade não financeira em empresas localizadas na União Europeia, tendo concluído – com base num índice de divulgação de informação – que as divulgações de materialidade em relatórios não financeiros do ano 2020 mostram grande disparidade. Recomendou, assim, aos organismos reguladores que desenvolvam um padrão de relatório que possibilite alguma harmonização e o aumento da utilidade e da comparabilidade da informação não financeira vertida nos relatórios anuais das empresas.

Mysen (2023) examinou as práticas atuais de divulgação de materialidade na indústria naval norueguesa e o grau de preparação desta indústria para futuras regulamentações. A análise baseia-se em estatística univariada a partir de dados recolhidos nos relatórios de sustentabilidade do ano 2022 de 12 companhias marítimas cotadas em bolsa e registadas na Noruega. As conclusões sublinham a falta de harmonização na divulgação de informação não financeira, dificultando aos utilizadores a comparação entre as empresas. A diversidade nas práticas de relato e na qualidade das divulgações é clara, bem como algumas oportunidades de melhoria são possíveis. O estudo recomenda que as melhores práticas sejam consideradas pelos preparadores de relatórios futuros e que os utilizadores da informação sejam cautelosos quanto a informação não divulgada, que pode indicar um potencial risco.

Daszkowski (2024) examina o estado das análises de materialidade das empresas que integram o DAX 40 relativamente ao cumprimento dos requisitos das futuras Normas Europeias de Relatório de Sustentabilidade (ESRS). Os resultados da análise de conteúdo mostram que, em geral, as empresas alemãs estão preparadas, mas em graus variados, para reportar de acordo com as futuras normas de reporte. Embora para alguns requisitos da ESRS já se tenha alcançado uma compreensão louvável e uma implementação abrangente, ainda subsistem lacunas notáveis que precisam de ser colmatadas.

Ferrero et al. (2021) estudam a consistência da abordagem de materialidade GRI – que propõe a matriz de materialidade – com outras abordagens de prio-

rização visando perceber até que ponto o desempenho ambiental corporativo é consistente usando abordagens diferentes. Com base na análise de materialidade do desempenho ambiental de empresas de vestuário concluem que as empresas com melhor desempenho ambiental poderiam estar a utilizar a análise de materialidade para embelezar o seu desempenho positivo ou para fins de *greenwashing*. O estudo contribui para a compreensão de como as empresas podem identificar os temas ambientais, essenciais para a sua estratégia empresarial e uma ajuda às partes interessadas a tomar decisões de modo informado.

Ayres, Bonifácio e Silva (2023) identificam o tema material mais frequentemente apresentado na matriz de materialidade de um conjunto de empresas do setor de fabricação de automóveis, tendo concluído ser a emissão de dióxido de carbono (CO²). O estudo, descritivo e qualitativo, descreve as abordagens de resposta estratégica às exigências dos *stakeholders* ao longo da cadeia de valor e conclui que a matriz de materialidade divulgada no relatório de sustentabilidade e construída segundo as diretrizes da GRI é “uma ferramenta importante para construção da estratégia de sustentabilidade das empresas, ao identificar os temas económicos, ambientais e sociais mais relevantes para os *stakeholders* e para a empresa, contribui para que esta foque as suas ações de sustentabilidade nesses temas.” (Ayres et al., 2023: 83)

Segundo De Cristofaro e Raucci (2022), a matriz de materialidade permite visualizar a avaliação geral da materialidade, possibilitando uma fácil identificação da maioria dos temas materiais. Empresas de diversos setores e países incluem-na nos seus relatórios, embora não seja obrigatório apresentá-la.

Em Portugal, Vara (2020) analisou a materialidade financeira os relatórios de 2018, integrados e de sustentabilidade das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*. Conclui que as divulgações de materialidade dependem de julgamento e que a quantidade de divulgações sobre materialidade está associada com características das empresas, tais como a dimensão (medida pelo ativo total e pela capitalização bolsista), e o desempenho económico-financeiro (PER, *price-to-earnings ratio*) e PBV, *price-to-book-ratio*). O estudo versou sobretudo a materialidade financeira, tendo sido proposto um índice de materialidade e, marginalmente, concluiu que algumas empresas portuguesas elaboraram matrizes de materialidade.

4. Metodologia

O objetivo desta investigação é contribuir para um melhor conhecimento das divulgações de materialidade não financeira, focando-se nas matrizes de materialidade. Observa-se o formato dessas matrizes e as variáveis nelas representadas, que são os temas materiais e a definição de materialidade que lhes subjaz, bem como os *stakeholders* a quem esses temas interessam, o modo como são consultados e se envolvem no processo de definição da materialidade.

O estudo analisa as matrizes de materialidade divulgadas pelas empresas do PSI 20, tomando por referência o ano de 2018. Estas são as maiores empresas com títulos admitidos à cotação na *Euronext Lisbon*. No Anexo 2, apresenta-se a lista das 17 empresas do PSI 20 que constituem a amostra inicial desta investigação.

Os relatórios anuais foram descarregados diretamente na Internet, dos sítios das empresas ou da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), quando não foi possível encontrá-los no primeiro. Importa ressaltar os obstáculos enfrentados na recolha de dados, tal como dificuldades de acesso a alguns relatórios nos sítios das empresas.

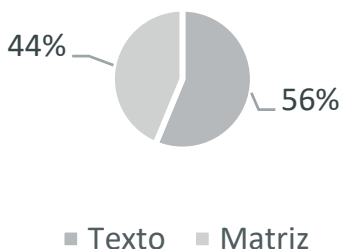
Os dados foram extraídos dos relatórios integrados e de sustentabilidade de 2018 das 17 empresas cotadas inicialmente selecionadas para a análise das divulgações de materialidade. Posteriormente, os dados foram inseridos manualmente e compilados numa folha de cálculo (Excel).

No que diz respeito às demonstrações financeiras 62,5% das empresas, as empresas do PSI20 reporta tanto demonstrações consolidadas como individuais e 37,5% das empresas apenas as consolidadas.

As demonstrações financeiras destas empresas foram auditadas, por uma das *Big 4*, e apresentam uma certificação legal de contas sem reservas nem ênfases, com exceção da Pharol, que é também a empresa mais pequena das que compunham o índice PSI 20 no ano em análise.

De entre as empresas do PSI 20, apenas sete empresas divulgaram matriz de materialidade tendo a maioria optado por apresentar a análise da materialidade não financeira de forma textual. A Figura 1 mostra a proporção de empresas do PSI 20 que apresentaram matriz de materialidade nos relatórios anuais individuais ou consolidados em 2018.

Figura 1. Frequência de Divulgação de Matrizes de Materialidade



Fonte: Elaboração da autora.

Apesar de a matriz de materialidade ser uma ferramenta de reporte valiosa, como se referiu, a maioria das empresas não apresentou essa matriz no ano de 2018. O objetivo da matriz de materialidade é apresentar os resultados da análise de materialidade, mostrando, em conjunto, de modo interligado, os temas materiais e os *stakeholders* a quem estes temas podem interessar.

A amostra final do estudo é, assim, composta pelas sete empresas do PSI20 que apresentaram uma matriz de materialidade nos relatórios de 2018. De entre essas empresas, quatro elaboraram relatório integrado e três relatório de sustentabilidade, conforme se mostra no Quadro 2.

Quadro 2. Tipo de Relatório nas Empresas da Amostra Final

Tipo de Relatório	Empresa
Relatório Integrado	Altri
	CTT
	NOS
	Galp
Relatório de sustentabilidade	Corticeira Amorim
	EDP Renováveis
	SONAE SGPS

Fonte: Elaboração da autora.

O Anexo 3 mostra dados e estatísticas descritivas que permitem caracterizar as sete empresas da amostra final, tais como a identificação do setor principal em que atuam, o ativo total e a capitalização bolsista. O Anexo 4 fornece os endereços dos sítios da Internet onde se encontram as matrizes de materialidade analisadas.

Este estudo adotou o método de análise de conteúdo, para observar de modo sistemático o conteúdo dos relatórios integrados e dos relatórios de sustentabilidade das empresas do PSI 20 relativos ao ano de 2018, em especial as matrizes de materialidade. Visitaram-se também os relatórios integrados ou de sustentabilidade destas empresas de outros anos, nomeadamente os de 2022, por ser o ano mais recente para o qual existe informação acessível de modo a complementar a análise e estabelecer comparações.

O método de pesquisa selecionado – a análise de conteúdo – compreende uma análise conceitual e uma análise relacional. Enquanto a análise conceitual identifica e quantifica a presença de conceitos em uma fonte, a análise relacional analisa também conexões entre esses conceitos. O método utilizado consistiu em quantificar e avaliar a presença de certos conceitos (variáveis) e relacioná-los. Este tipo de análise pode levar a diferentes resultados, conclusões e interpretações. É um processo de análise de factos demorado e, por outro lado, comporta alguma subjetividade, pois existe a possibilidade de ocorrência de preconceitos ao retirar conclusões baseadas no relacionamento dos conceitos (Columbia University 2023).

Neste estudo, o objetivo principal foi analisar a presença de palavras nos relatórios e contas, tais como materialidade, temas materiais, identificação de partes interessadas, auscultação e envolvimento das partes interessadas no processo de avaliação da dupla materialidade das empresas da amostra e matriz de materialidade.

Nos relatórios e contas anuais de 2018 das sete empresas analisados, a palavra *materialidade* (ou *material*) foi referida 321 vezes, conforme se mostra no Quadro 3. A palavra aparece em média 45,86 nos relatórios destas empresas e metade dos relatórios referem-se à materialidade 43 vezes. A Galp é a empresa com o maior número de menções à materialidade, contando-se 57 vezes e a Altri apresenta o mínimo (40 vezes).

Quadro 3. Menções à Materialidade nos Relatórios Anuais Analisados

Total de Menções (todas as empresas)	321
Média	45,86
Mediana	43
Moda	42
Máximo	57
Mínimo	40
Desvio padrão	5,982

Na seção seguinte, figuram os resultados da análise de conteúdo. Analisam-se variáveis que são essenciais no processo de avaliação da materialidade, em cujas fases figuram: (a) a definição de materialidade; (b) a seleção e priorização de temas materiais; (c) a identificação das partes interessadas; (d) a respetiva auscultação e envolvimento no processo de avaliação da materialidade; e, por último (e) as matrizes de materialidade.

5. Resultados

a. Definição de Materialidade

Dos relatórios integrados e de sustentabilidade analisados, apenas em dois se encontrou expressamente uma definição de materialidade, a Galp e a EDP Renováveis.

Para a EDP Renováveis,

“Um assunto é considerado material quando influencia a decisão, a ação e o desempenho de uma organização e dos seus stakeholders” (EDP Renováveis, Relatório de Sustentabilidade, 2018: 85).

Por sua vez, a Galp apresenta a seguinte definição de materialidade:

“Os temas/aspectos materiais são aqueles que podem ser considerados impor-

tantes por refletirem os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciarem, substancialmente, as avaliações e decisões dos stakeholders. A materialidade é o limiar a partir do qual os tópicos se tornam suficientemente expressivos para serem reportados.” (Galp, Relatório Integrado, 2018: 24).

Observa-se que as definições de materialidade da Galp apresentadas nos relatórios do ano anterior e do ano seguinte são diferentes, mostrando a evolução do conceito, mas podendo criar dificuldades de comparação ano após ano.

Com efeito, em 2017, a Galp procedeu à:

“identificação dos aspetos com potencial impacto material na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo para a nossa Organização e para todas as partes interessadas.” (Galp, Relatório Integrado, 2017).

E, em 2019, “os aspetos materiais do nosso negócio são todos os que podem interferir, de forma significativa, na nossa capacidade de gerar valor para a Empresa e para os seus stakeholders.” Galp, Relatório Integrado, 2019).

Avaliando as definições, pode entender-se que para as duas empresas a materialidade é a influência que um *tema* tem sobre os *stakeholders* e o impacto que pode causar na organização. A definição da Galp está mais próxima do que a GRI considera como tema material do que da definição constante da IAS 1, enquanto a EDP Renováveis divulga uma definição mais ampla e mais próxima das normas internacionais de relato financeiro, mencionando a influência social nas decisões económicas dos utilizadores, mas excluindo o potencial impacto social e ambiental.

Com efeito, os vários *frameworks* de relato não financeiro, assim como o Código da Sociedades Comerciais, não estabelecem o que as empresas devem expor como material aos seus *stakeholders*, o que, se por um lado retiraria flexibilidade ao relato que poderá envolver especificidades setoriais, por outro lado, seria uma ajuda para a comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações não financeiras.

A falta de clareza na definição, reunida com a falta de linearidade da participação dos *stakeholders* no processo de definição da materialidade, levam a crer que seja devida, pelo menos em parte, à quantidade de organizações definidoras de normas e à diversidade de aplicação, pois os relatórios adotam as suas próprias abordagens, ora seguindo ou adaptando um ou vários *frameworks*, como se exemplifica a seguir, com as transcrições dos relatórios de empresas analisadas [realces da autora]:

Na Altri:

“O Relatório pretende dar resposta ao Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE, relativamente à divulgação de informações não financeiras e sobre a diversidade, informações essas cuja divulgação é exigida a grandes

*empresas e grupos, como é o caso do Grupo Altri. Em cumprimento dos citados diplomas legais, o presente Relatório apresenta dados e informações que permitem compreender a evolução, o desempenho, a posição e o impacto das atividades do Grupo em matéria ambiental e social mas também em relação aos seus colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens e à não discriminação, bem como ao respeito pelos Direitos Humanos e ao combate à corrupção e tentativas de suborno (vide Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) n.º 89/2017). O presente relatório foi elaborado de acordo com os **GRI Standards** para a opção “De acordo” Essencial (vide Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial)” (Relato Integrado, Altri, 2018: 4).*

Na Corticeira Amorim:

*“O relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da **Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards 2016**, para o nível Core e dá resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do **Código das Sociedades Comerciais**, a Demonstração Não Financeira Consolidada da Corticeira Amorim, SGPS, S.A..” (Relatório de Sustentabilidade, Corticeira Amorim, 2018: 105)*

Na CTT:

*“A análise de materialidade, incorpora inputs decorrentes de um exercício de envolvimento com as Partes Interessadas (PI), realizado pelos CTT em conformidade com as diretrizes da **Norma AA1000SES**. Este exercício permitiu a atualização do mapeamento, identificação dos temas relevantes e das PI críticas da empresa e consequentemente a atualização da estratégia de envolvimento com as mesmas.” (Relatório Integrado, CTT, 2018: 48)*

Na EDP Renováveis:

*“A metodologia adotada baseia-se nos **Accountability Standards** e a informação é coligida a nível corporativo e em cada unidade de negócio também.” (Relatório de Sustentabilidade, EDP Renováveis, 2018:107)*

Na Galp:

*“A identificação dos aspetos relevantes é realizada através de um processo abrangente de análise de materialidade, e revisto de forma sistemática, usando como referência a **Global Reporting Initiative** e o 5-Part Materiality Test, proposto pela **AccountAbility**, pelo **United Nations Environment Programme** e pela **Stakeholder Research Associates**.” (Relato Integrado, Galp, 2017: 20).*

Na SONAE SGPS:

*À semelhança do ano anterior, o relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (**GRI Standards**) para o nível “De acordo – Essencial”. O reporte da ativi-*

*dade evidencia a nossa atuação ao nível dos **Princípios do United Nations Global Compact (UNGC) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, respondendo ainda aos requisitos do **Decreto-Lei português n.º 89/2017**, publicado a 28 de julho de 2017 e à **lei espanhola n.º 11/2018**, de 28 de dezembro. (Relatório Integrado, SONAE SGPS, 2018: 7)*

b. Temas Materiais

Todas as empresas mencionam temas relevantes nas três áreas do relato de sustentabilidade ambiental, social e de governança. No Quadro 4 estão os dados referentes ao número de temas materiais das empresas, repartidos pelas três vertentes de relato de sustentabilidade.

Quadro 4. Quantidade de Temas Materiais na Matriz de Materialidade

# Temas	Ambiental	Social	Governança	Outros	Total
Empresa					
Altri	5	2	2	0	9
Corticeira Amorim	4	1	2	1	8
CTT	1	2	2	1	6
EDP Renováveis	4	2	5	0	11
Galp	5	4	4	2	15
NOS	0	6	10	1	17
Sonae SGPS	6	3	3	0	12
Total	25	20	28	5	78

Fonte: Elaboração da autora.

O Quadro 5 mostra as estatísticas descritivas dos temas materiais. O número médio de temas materiais divulgado pelas empresas da amostra foi 11,14, com metade das empresas a divulgarem 11 temas materiais. A NOS divulgou o máximo número de temas materiais, 17, e a CTT o mínimo, 6 temas materiais.

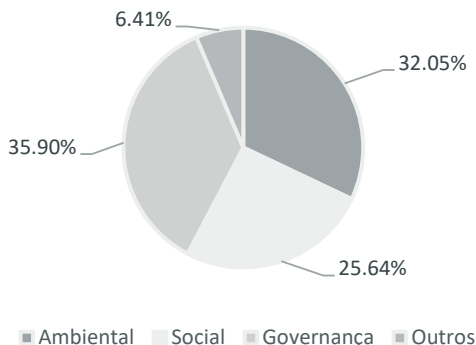
Quadro 5. Estatísticas Descritivas do Temas Materiais

# Temas Empresa	Ambiental	Social	Governança	Outros	Total
Média	3,57	2,86	4,00	0,71	11,14
Mediana	4	2	3	1	11
Moda	5	2	2	0	-
Mínimo	0	1	2	0	6
Máximo	6	6	10	2	17
Desvio padrão	2,28	1,92	3,35	0,83	4,50

Fonte: Elaboração da autora.

Os temas materiais divulgados respeitam a diferentes categorias de sustentabilidade, cobrindo as matérias ambientais, sociais e de governança corporativa, nas proporções que se apresentam na Figura 2. Em relação a alguns temas, houve dificuldade em classificá-los numa das três vertentes. Temas como ‘pesquisa e desenvolvimento’ e ‘inovação’, não encontram enquadramento em uma das vertentes, pois dizem respeito transversalmente a várias ou a todas elas.

Figura 2. Temas Materiais por Categorias ‘ESG’ de Sustentabilidade



Fonte: Elaboração da autora.

Os quadros 6, 7 e 8 sistematizam os temas priorizados pelas empresas que divulgaram matrizes de materialidade, organizados pelas três vertentes da sustentabilidade ESG, ou seja, temas ambientais, temas sociais e temas de governança corporativa. No Anexo 5, figura a lista completa dos temas divulgados, empresa a empresa.

Há temas comuns a todas as empresas, enquanto outros são específicos de uma ou algumas empresas, refletindo diferenças setoriais, estratégicas ou de preferências de relato, variando a quantidade de temas, empresa a empresa.

**Quadro 6. Temas Materiais da Categoria 'E' da Sustentabilidade
Divulgados na Matriz de Materialidade**

Temas Ambientais	
Agricultura e pesca sustentáveis	Gestão de resíduos
Biodiversidade e ecossistemas	Gestão sustentável da cadeia de abastecimento
Combater o desperdício alimentar	Gestão sustentável da cadeia de valor
Consumo de energia, energias renováveis e eficiência energética	Gestão sustentável das florestas e da biodiversidade
Das alterações climáticas	Impacto ambiental do produto
Ecoeficiência	Portfólio adequado para atender às necessidades energéticas
Economia circular	
Eficiência energética das operações, produtos e serviços	Promoção de energias renováveis
Eficiência energética e alterações climáticas	Promoção do montado, da biodiversidade e serviços ecossistémicos
Energia e alterações climáticas	Proteção da biodiversidade
Energia, Emissões de CO ₂ e mudanças climáticas	Sustentabilidade empresarial
Gestão ambiental	Uso sustentável de recursos
Gestão da água	

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 7. Temas Materiais da Categoria 'S' da Sustentabilidade
Divulgados na Matriz de Materialidade**

Temas Sociais

Atração e retenção de talentos	Gestão de talentos
Avaliação e desenvolvimento	Impactos sociais da cadeia de abastecimento
Condições de trabalho	Inclusão e oportunidades de igualdade
Desenvolvimento do capital humano	Relacionamento com colaboradores
Desenvolvimento do capital humano e atração e retenção de talentos	Resposta a situações de emergência
Desenvolvimento e treino dos empregados	Saúde e segurança
Diversidade	Saúde e segurança no trabalho
Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação	Saúde, segurança e meio ambiente
Gestão de pessoas	Treinamento e desenvolvimento

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 8. Temas Materiais da Categorical ‘G’ da Sustentabilidade
Divulgados na Matriz de Materialidade**

Temas de Governança Corporativa	
Acesso aos conteúdos	Envolvimento das partes interessadas
Atendimento ao cliente	Ética corporativa
Cadeia de abastecimento sustentável	Ética, transparência e <i>compliance</i>
Clientes e satisfação dos clientes	Envolvimento e desenvolvimento comunitário
Comunicação e transparência	Gestão de fornecedores
Conduta	Governo da empresa
Corrupção	Inovação
Desenvolvimento comunitário local	Marketing responsável
Desenvolvimento local e apoio comunitário	Privacidade
Diálogo e envolvimento das partes interessadas	Propriedade intelectual
Direitos humanos	Proteção e segurança de dados
Divulgação de informações relacionadas ao clima financeiro	Qualidade e responsabilidade do produto
Envolvimento da comunidade	Transparência e confiabilidade das informações

Fonte: Elaboração da autora.

Os temas materiais estão, na sua quase totalidade, relacionados com os relatos ESG – cobrindo sempre variáveis ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao tentar categorizar os temas materiais, nota-se que as empresas ora se aproximam das categorias ‘ESG’ ora de termos tais como ‘*People Planet Profit*’, ou “Ambiental, Social e Económica”. Além disso, como se referiu, alguns temas podem arrumar-se em mais de uma categoria. Por exemplo, temas como ‘Diversidade’ ou ‘Composição de género nos conselhos’ e ‘Condições de trabalho’ ou ‘Paridade de remuneração’, tanto podem ter enquadramento na categoria ‘S’ como na ‘G’. O mesmo poderá dizer-se da ‘Composição do conselho de administração’ que tanto pode ser classificado na categoria ‘S’ como na categoria ‘G’, compreendendo-se que as empresas podem optar por diferentes classificações. Neste âmbito, importará mais garantir a consistência das classificações dos temas materiais, e portanto, nas divulgações, ano a ano, e entre empresas de um mesmo grupo económico, do que a escolha propriamente dita.

Por um lado, a terminologia utilizada pelas empresas é variada e não uniforme. Observa-se, nos relatórios analisados, que as empresas designam um mes-

mo tema de modo diferente ou atribuem um nome comum a temas diversos, refletindo os *frameworks* diferentes utilizados no relato não financeiro. Tornando, por vezes, difícil as análises comparativas.

Por outro lado, as classificações usadas pelas empresas para categorizar os temas materiais tem ligação com as abordagens seguidas e os quadros de referência adotados no relato. Sejam os temas classificados com base nos 17 'ODS' ou no 'ESG,' e independentemente da terminologia que as empresas tenham escolhido, importa sobretudo que a usem de modo consistente.

As empresas indicam como procedem à identificação dos temas materiais. A título exemplificativo, anota-se que no caso da Galp:

“identificamos e compreendemos os potenciais temas materiais através de análises de contexto interno e externo, de tendências globais, sectoriais e da Organização e de benchmark com empresas peers e outras de referência. (Galp, Relatório Integrado, 2018).

A empresa CTT refere ter hierarquizado os temas materiais “com base em:

*“i) critérios de relevância indicados pela AA1000SES – Stakeholder Engagement Standard (relacionamento com compromissos ou políticas, efeitos financeiros na organização e conformidade legal e análise de benchmarks)
ii) a avaliação de impacto versus probabilidade de ocorrência.” Do ponto de vista externo, foram auscultados os pontos de vista das partes interessadas que, cruzados com a visão da gestão, deram origem a uma matriz de materialidade.” (CTT, Relatório Integrado, 2018)*

c. Identificação dos Stakeholders

O Quadro 9 mostra as frequências absolutas e relativas do número de *stakeholders* mencionados, aqueles a quem os temas materiais interessam. O número médio de *stakeholders* por empresa é cerca de 8. Metade das empresas analisadas identifica oito partes interessadas (Mediana=8), e este é também o número de *stakeholders* mais frequentemente observado nas matrizes de materialidade das empresas (Moda=8).

Quadro 9. Número de Stakeholders Materiais

Empresa	Número de Stakeholders
Altri	8
Corticeira Amorim	7
CTT	6
EDP Renováveis	12
Galp	n.d.
NOS	8
SONAE SGPS	8
Média	8,17
Mediana	8
Moda	8
Mínimo	0
Máximo	12

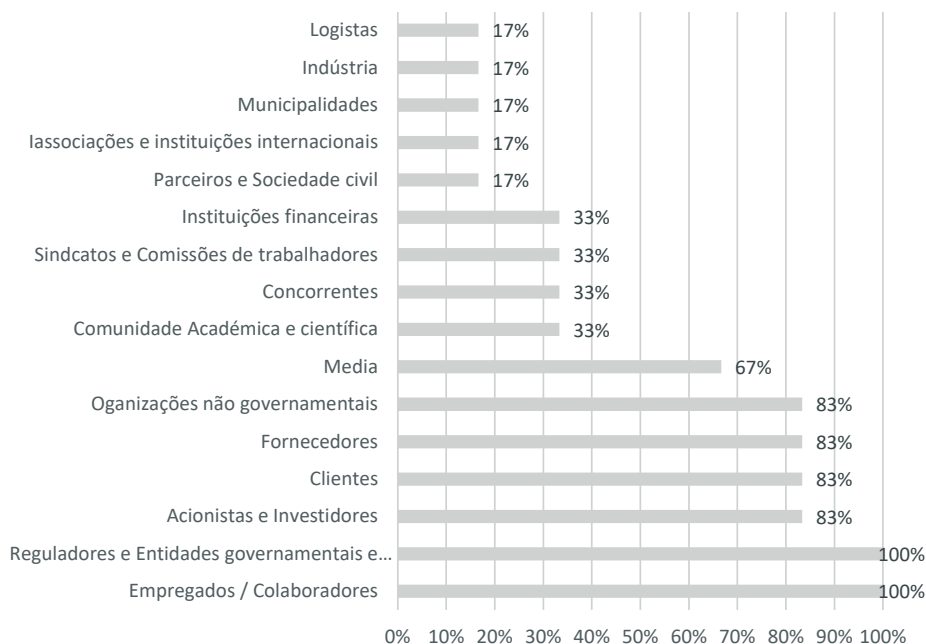
Fonte: Elaboração da autora.

A Figura 3 identifica os *stakeholders* materiais e indica, para cada um, a percentagem de empresas na amostra que os incluem na sua matriz de materialidade.

Os *stakeholders* podem dividir-se em dois grupos: os *stakeholders* internos e os externos. Os empregados (ou colaboradores), um *stakeholder* interno, são mencionados pela totalidade das empresas analisadas. A SONAE utiliza a palavra ‘colaboradores’ em vez de ‘empregados’ o que pode ser interpretado como um sinal do modo como na empresa se valorizam as pessoas que nela trabalham e o espírito de grupo.

As entidades oficiais e governamentais são um *stakeholder* externo, também indicadas por todas as empresas, confirmando, assim, a importância que lhe atribuem.

Figura 3. Identificação dos Stakeholders Materiais



Fonte: Elaboração da autora.

Os clientes e os fornecedores são mencionados nos relatórios integrados e de sustentabilidade analisados, à exceção de um, o que se interpreta como o relevo dado pelas empresas aos *stakeholders* que compõem a cadeia de valor da empresa.

Os acionistas e investidores são também mencionados numa ampla maioria dos relatórios como *stakeholder* prioritário das empresas da amostra (83,33%) e aparecem conjuntamente numa categoria única.

Quanto as instituições financeiras, apenas uma minoria (33,33%) de relatórios os inclui na lista de *stakeholders* prioritários no processo de determinação da materialidade. Sendo as empresas analisadas cotadas e tendo o capital disperso, compreende-se que mais vezes seja sinalizada a materialidade dos investidores do que das instituições de crédito, embora todas as empresas analisadas recorram a crédito bancário.

O Quadro 10 mostra o número de temas materiais prioritários por *stakeholder*, o qual para metade das empresas da amostra se situa perto de um (Mediana = 1,13), estando a média também entre 1 e 2 temas por *stakeholder*. Apenas numa empresa, a NOS, o número de temas por *stakeholder* é superior a 2.

Quadro 10. Número de Temas Materiais por Stakeholder

Empresa	# Temas / # Stakeholder
Altri	1,13
Corticeira Amorim	1,14
CTT	1,00
EDP Renováveis	0,92
Galp	n.d.
NOS	2,13
SONAE SGPS	1,50
Média	1,30
Mediana	1,13
Mínimo	0,92
Máximo	2,13

Fonte: Elaboração própria.

Considerar poucos temas materiais por *stakeholder* pode ser vantajoso, permitindo focar melhor a atenção, de um ponto de vista de alinhamento com a estratégia da empresa, propósito que a análise da dupla materialidade prossegue.

d. Auscultação e Envolvimento dos Stakeholders na Avaliação da Materialidade

No que se refere à auscultação e forma de abordagem, a participação dos *stakeholders* na formação da materialidade é mencionada de várias formas. Neste processo, algumas empresas são ajudadas por consultores externos, enquanto outras têm equipas de sustentabilidade robustas, conduzem e gerem elas próprias o processo de avaliação da materialidade. De seguida, apresenta-se evidência do modo como as empresas da amostra envolveram as partes interessadas no processo de avaliação da materialidade, auscultando-as e pedindo-lhes opinião nos anos 2018 e 2020.

Na Altri;

“A Altri está permanentemente atenta aos seus stakeholders, disponível para receber as suas comunicações ou sugestões e para dar resposta às solicitações que lhe sejam dirigidas. A Altri acredita que é através desta interação contínua que os stakeholders podem assumir um papel importante na melhoria do

desempenho do Grupo, na medida em que as suas comunicações e sugestões serão tomadas em consideração na definição das prioridades na execução da estratégia do Grupo. No exercício da sua atividade, a Altri estabelece relações com os stakeholders, promovendo uma estreita ligação e um amplo diálogo com todos. Nesse sentido, o Grupo utiliza diversos meios de comunicação.” (Relatório Integrado, 2018: 22)

Na Corticeira Amorim:

“Durante o último ano, após a auscultação de stakeholders mais participada de sempre, revimos a nossa estratégia de desenvolvimento sustentável e identificamos metas prioritárias que se alinham com os ODS. (Relatório de Sustentabilidade, 2018: 21)

“Desde 2009 que a Corticeira Amorim tem definido um processo de escuta e envolvimento com stakeholders. O mais recente processo de auscultação alargada a stakeholders decorreu em 2018, tendo sido realizada uma revisão à matriz de materialidade e estratégia em 2021.” (Corticeira Amorim, Relatório de Sustentabilidade, 2022: 171).

Na Galp:

“A nossa última avaliação forneceu-nos resultados fundamentais para o desenvolvimento do nosso roadmap de sustentabilidade, permitindo-nos centrar no que é mais importante para o nosso negócio e para os nossos stakeholders. A Galp estabeleceu objetivos e metas para cada um dos principais aspetos materiais, cujo progresso é monitorizado e reportado no domínio público.” Galp, Relatório Integrado, 2022: 29)

Na NOS:

“Reconhecemos a importância de uma estratégia de proximidade e diálogo com os nossos stakeholders, para identificar e compreender as suas expectativas e preocupações.” (NOS, Relatório Integrado, 2022: 144)

NA SONAE:

“(…), na sequência das alterações organizacionais já mencionadas, em 2018 revisitámos o processo de auscultação às partes interessadas - colaboradores, clientes, fornecedores, investidores/analistas, associações do setor e comunidade - realizado em 2017. Como resultado desta reflexão, com o objetivo de materializar a perspetiva da Sonae, foram identificadas as áreas de atuação consideradas prioritárias para o grupo e realizada uma avaliação interna dos 26 temas sobre os quais as partes interessadas se haviam pronunciado.” (SONAE SGPS, Relatório de Sustentabilidade, 2018: 8)

Admitindo que possam existir temas mais sensíveis e que algumas partes interessadas receiem falar diretamente com a empresa sobre os mesmos, o recur-

so a consultores externos pode ser conveniente e pode credibilizar o processo, sinalizando que a empresa não está simplesmente a enunciar os temas materiais e as listar respetivas partes interessadas.

e. Matrizes de Materialidade

As matrizes de materialidade constituem uma importante ferramenta na clareza da informação para os *stakeholders*, pois permitem graduar a importância dos temas materiais e oferecem uma visualização sistematizada do resultado do processo de determinação e avaliação da materialidade. Teoricamente, num dos eixos (eixo dos *x*) figuram os impactos materiais identificados e priorizados e no outro (o eixo dos *y*) insere-se a respetiva importância relativa para as decisões das partes interessadas (Bellantuono, Pontrandolfo e Scozzi 2016; Beske, Hausstein e Lorson 2020).

Ao optar por uma matriz bivariada, tal como sugere a GRI, a informação é mais rica, pois estabelecem-se relações entre os temas materiais e os *stakeholders* a quem os mesmos interessam.

Conforme se referiu atrás, no processo de determinação de materialidade, em 2018, apenas sete empresas do PSI 20 (44%) apresentaram uma matriz de materialidade.

O facto de os relatórios integrados e de sustentabilidade terem por base diferentes quadros de referência, tais como o GRI, NFRD, AccountAbility Standards ou outros, pode explicar, em parte essa diversidade, mas não será essa apenas a causa das diferenças:

No Relatório Integrado da empresa CTT, de 2018, pode ler-se, a propósito da matriz de materialidade, o seguinte:

“A matriz de materialidade identifica os temas que são críticos para as várias partes interessadas e orienta a forma como devemos definir a estratégia de atuação da empresa. Esta matriz é um instrumento de apoio à gestão de topo no processo de tomada de decisões e na definição das prioridades em matéria de negócio e de sustentabilidade.” (CTT, Relatório Integrado, 2018)

Numa breve análise dessas matrizes, conclui-se pela diversidade de prática de relato da dupla materialidade, o que é visível em vários aspetos, quer de conteúdo, quer de forma. As diferenças são observáveis, entre o mais, no nome e significado atribuído às variáveis, nas respetivas escalas de medição e nas cores utilizadas na matriz.

O Quadro 11 apresenta o nome das variáveis que figuram nas matrizes de materialidade divulgadas pelas empresas da amostra e as respetivas escalas de medida.

Quadro 11. Variáveis nas Matrizes da Materialidade

Designação da Variável	Categorias	Tipo	N.º de Empresas	Empresa
Eixo vertical				
Relevância para os <i>stakeholders</i>	Menos/ Mais	Ordinal	3	Galp, NOS, SONAE SGPS
Importância para os <i>stakeholders</i>	Elevado / Baixo	Ordinal	1	Corticeira Amorim
Importância para os <i>stakeholders</i>	0%-100%	Numérica	1	CTT
Relevância para a sociedade	Menos/ Mais	Ordinal	1	EDP Renováveis
Importância para os pares	n.d	n.d.	1	Altri
Eixo horizontal				
Relevância para a empresa	Menos/ Mais	Ordinal	3	Galp, NOS, SONAE SGPS
Importância para a empresa	Elevado / Baixo	Ordinal	1	Corticeira Amorim,
Importância para a empresa	0 a 7	Numérica	1	CTT
Relevância para o negócio	Menos/ Mais	Ordinal	1	EDP Renováveis
Importância (não específica)	n.d	n.d.	1	Altri

Fonte: Elaboração própria.

No tocante à terminologia utilizada para designar as variáveis, nos eixos da matriz (eixo *x* e eixo *y*) são frequentemente utilizadas as palavras ‘relevância’, ‘importância’ ou ‘nível’. As visões internas e externas não parecem ser atribuídas consistentemente aos eixos da matriz, nem os títulos dos eixos são consistentes nas matrizes divulgadas pelas empresas da amostra. A matriz da Corticeira Amorim, uma das empresas que elaborou relatório de sustentabilidade, considera a materialidade de impacto (eixo dos *y*) e a materialidade financeira (eixo dos *x*). O impacto pode ser a montante ou a jusante, nas operações da empresa, na sociedade ou nos *peers*.

Quanto às escalas de medida, observa-se que os valores das variáveis não são escalonados de forma consistente nos relatórios. A maioria das matrizes utiliza escalas ordinais, mas uma empresa não divulga qualquer escala (ALTRI). As escalas ordinais variam de baixo a alto (1 empresa), ou são simplesmente marca-

das com menos e mais em cada extremidade, o que acontece na maioria das empresas (4 empresas). Apenas, uma empresa (CTT) opta por escalas diferentes nos eixos: implementa uma escala ordinal para os temas materiais (1-7) e uma escala numérica percentual para a importância para os *stakeholders* (0%-100%). Puroila e Mäkelä (2019) criticaram a falta de medidas de valor nas matrizes de materialidade. Na amostra analisada, existem casos de ausência de legenda nos eixos.

Por outro lado, as cores utilizadas no desenho das matrizes têm ligação com a imagem da empresa, ao repetirem as cores do logotipo (v.g., vermelho e cinzento nos CTT, azul e verde na EDP Renováveis; cor de laranja na Galp, verde na Altri), admitindo-se que se tenha querido dar-lhes um significado ou criar efeito de impressão. No Anexo 7, apresentam-se algumas matrizes de materialidade analisadas neste estudo, onde se vê a ligação estabelecida com o respetivo logotipo.

As diferenças nos nomes atribuídos às variáveis, nas escalas e no desenho dos gráficos dificultam a comparação instantânea entre os relatórios. Contudo, as matrizes de materialidade ajudam muito no processo de coleta de dados e conseguem comunicar os temas mais materiais aos leitores dos relatórios.

Os exemplos de matriz de materialidade divulgados pelas empresas do PSI 20 evidenciam a falta de uniformidade na forma de apresentação, nas escalas de medida adotadas e nas variáveis e na terminologia usada na designação das variáveis.

Embora uma matriz de materialidade possa ser uma ferramenta útil durante o envolvimento das partes interessadas e divulgue informações materiais de forma compreensível para as utilizações da informação publicada pelas empresas, Puroila e Mäkelä (2019) criticam esta forma de apresentação simplificada. Salientam a incapacidade da matriz em ver possíveis contradições entre as partes interessadas e a questão de não aquilatar adequadamente a proporção de relevância financeira e não financeira de um tema material devido à falta de medidas e à inexistência de escalas de valor. Com isso, a matriz de materialidade pode aparentemente falhar no cumprimento do propósito de auxiliar a abrangência e, ao mesmo tempo, fornecer informação de alta importância. Vista no contexto do relato não financeiro, a facilidade de compreensão pode aumentar a usabilidade em detrimento da comparabilidade.

6. Conclusões

Este trabalho procurou contribuir para a literatura sobre do relato não financeiro e de sustentabilidade, ao investigar as divulgações das matrizes de materialidade das empresas do PSI 20.

Com base nos relatórios integrados e de sustentabilidade, consoante a disponibilidade, fez-se uma análise de conteúdo dessas matrizes, que abrangeu a construção e o formato de apresentação da matriz, as variáveis nelas represen-

tadas, que são os temas materiais e a definição de materialidade que lhes subjaz, bem como os *stakeholders* a quem esses temas interessam e o modo como são consultados e se envolvem no processo de definição

Sete das dezassete empresas do PSI 20, divulgaram em 2018 uma matriz de materialidade, quatro incluídas em relatórios integrados e três em relatórios de sustentabilidades. Os resultados do estudo revelam a escassez de matrizes de materialidade e indicam que as divulgações não se mostram harmonizadas, o que será devido, em parte, à variedade de normas e à ausência de diretrizes claras e simples. Esta flexibilidade resulta em escolhas de relato que prejudicam a comparabilidade. Em todas as matrizes, as empresas divulgam temas ambientais, sociais e de governança corporativa. As matrizes evidenciam *stakeholders* internos e externos, sendo os ‘Colaboradores’ e o ‘Estado e outras entidades oficiais’ referenciados por todas as empresas, e os Clientes e Fornecedores pela maioria delas, mas as formas de consulta e envolvimento dos *stakeholders* variam de empresa para empresa.

A investigação contribui, no âmbito limitado das matrizes de materialidade, para o conhecimento do *status quo* da harmonização do relato não financeiro. As divulgações de materialidade dependem de julgamento e estão associadas às características da empresa. Embora o ambiente legal e a indústria onde cada empresa opera possam influenciar a divulgação da materialidade não financeira, a escolha do quadro de reporte importa.

Como qualquer estudo empírico, este trabalho apresenta limitações, que poderão ser atendidas em pesquisas futuras. Por um lado, a análise abarcou um único período e analisou uma pequena amostra de empresas cotadas que se encontravam, no ano em análise, sujeitas ao relato não financeiro obrigatório. Embora ofereça uma panorâmica de empresas operando em várias indústrias, não representa adequadamente todas as indústrias nem o país. Portanto, a validade dos resultados deve ser avaliada com cautela.

Investigação futura poderá alargar a análise a outros períodos, permitindo traçar a evolução ou, ainda, comparar a divulgação de materialidade entre empresas cotadas e não cotadas em um ambiente de divulgação obrigatória para avaliar diferenças no grau de divulgação de materialidade e perceber os desafios das empresas ao estrear-se neste tipo de relato, no curto prazo e em horizonte mais alargado.

Por outro lado, este estudo não analisou a qualidade nem a transparência da divulgação de materialidade, antes se confinou à observação das divulgações de materialidade não financeira, especialmente a matriz de materialidade e as respetivas variáveis, apresentadas nos relatórios anuais, integrados e de sustentabilidade. A qualidade das divulgações de materialidade influencia muito a transparência, a utilidade e a comparabilidade dos relatórios não financeiros e esse poderá ser um tema a explorar futuramente.

A recolha de dados para este trabalho foi feita por uma única pessoa, pelo que é subjetiva e, embora tenha sido conduzida cuidadosamente, os dados po-

dem estar sujeitos a erros. As características qualitativas (ou não quantitativas) da materialidade no relato não financeiro e o facto de ser suscetível de interpretação subjetiva, podem justificar mais investigação.

Por outro lado, à medida que a experiência e na aplicação da diretiva sobre a relato não financeiro cresce, admite-se que a comunicação de informações também possa melhorar e, assim, o estudo contínuo da qualidade e extensão das divulgações de materialidade é tema de interesse para investigadores, reguladores, legisladores e para as comissões de normalização contabilística, especialmente se for considerada a, recentemente, proposta de alteração à legislação vigente.

A regulamentação ainda imprecisa e a diversidade nas práticas de divulgação resultam em falta de harmonização e, logo, de comparabilidade. Para aumentar a comparabilidade e a usabilidade dos relatórios, recomenda-se que os reguladores, legisladores e comissões de normalização ponderem uma eventual elaboração de diretrizes ou um padrão de relatório comum.

Referências Bibliográficas

- Adams, C.A. (2020) Sustainable Development Goals Disclosure (SDGD) Recommendations. https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2020/01/Adams_Druckman_Picot_2020_Final_SDGD_Recommendations.pdf.
- Ayres, A.R.; Bonifácio, A.S.; Silva, L.A. (2020) Sustentabilidade empresarial: uma análise das matrizes de materialidade das empresas globais fabricantes de automóveis. *Revista Engenharia de Interesse Social*, 5, 81-101. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/reis/article/view/4684>. Acedido em 10 de janeiro de 2024.
- AccountAbility (2018) AA1000 AccountAbility Principles, Disponível em <https://www.accountability.org/standards/aa1000-accountability-principles/> Acedido em 4 de agosto de 2023.
- Baumüller, J. & Sopp, K. (2022) Double materiality and the shift from non-financial to European sustainability reporting: review, outlook and implications. *Journal of Applied Accounting Research*, 23 (1): 8-28. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2021-0114>
- Bellantuono, N.; Pontrandolfo, P. & Scozzi, B. (2016) Capturing the stakeholders' view in sustainability reporting: A novel approach. *Sustainability*, 8 (4): 379-391. doi: 10.3390/su8040379
- Beske, F.; Haustein, E. & Lorson, P.C. (2020) Materiality analysis in sustainability and integrated reports. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11 (1): 162-186. doi: 10.1108/SAMPJ-12-2018-0343.

- Calabrese, A.; Costa, R.; Ghiron, N. & Menichini, T. (2017) Materiality analysis in sustainability reporting: a method for making it work in practice. *European Journal of Sustainable Development*, 6 (3): 439-447. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2017.v6n3p439>
- Calabrese, A.; Costa, R.; Ghiron, N. & Menichini, T. (2019) Materiality analysis in sustainability reporting: a tool for directing corporate sustainability towards emerging economic, environmental, and social opportunities. *Technological and Economic Development of Economy*, 25(5), 1016-1038. <https://doi.org/10.3846/tede.2019.10550>
- Cerbone, D. & Maroun, W. (2020) Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework. *British Accounting Review*. 52(3), 10087 <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100876>
- Código das Sociedades Comerciais (1986) Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro. Diário da República n.º 201/1986, Série I de 1986-09-02. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1986-34443975>
- Coelho, A. (2016) Avaliação da materialidade na perspetiva do preparador: desenvolvimentos recentes no IASB, *Dissertação de Mestrado*, Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão da Universidade do Porto, Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/143394175.pdf>
- Columbia University (2023). Content Analysis. Columbia University Mailman School of Public Health. Disponível em <https://www.publichealth.columbia.edu/research/population-health-methods/content-analysis>. Acedido em 3 de março de 2024.
- Comissão Europeia (2019) Orientações para a comunicação de informações não financeiras: documento complementar sobre a comunicação de informações relacionadas com o clima. 2019/C 209/01), *Jornal Oficial da União Europeia* C 209. Disponível em [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0620\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0620(01))
- De Cristofaro, T. & Raucci, D. 2022. Rise and fall of the materiality matrix: Lessons from a missed takeoff. *Administrative Sciences*. 12: 186. <https://doi.org/10.3390/admsci12040186>
- Croxatto, S. (2024) Evaluating double materiality reporting in 2022 /Italy: Insights from 2022 annual reports of Italian listed companies. *Master Thesis*. Nova School of Business and Economics. Trabalho não publicado.
- Dazskowski, V. (2024) Bridging the gap: an evaluation of DAX 40 companies' readiness for ESRS compliant materiality analyses. *Master Thesis*. Nova School of Business and Economics. Trabalho não publicado.

- EFRAG (2022a) ESRS 1 General principles Exposure Draft. <https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F06%2520Draft%2520ESRS%25201%2520General%2520requirements%2520November%25202022.pdf>.
- EFRAG (2022b) ESRS 2 General principles Exposure Draft. <https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F07.%2520Draft%2520ESRS%25202%2520General%2520disclosures%2520November%25202022.pdf>.
- Envoria. (2023) CSR Directive Implementation Act (CSR-RUG) at a glance. Acessado em 26 de janeiro 2024. Disponível em <https://envoria.com/insights-news/csr-directive-implementation-act-csr-rug-at-a-glance>.
- Farooq, M.; Zaman, R.; Sarraj, D. & Khalid, F. (2021) Examining the extent of and drivers for materiality assessment disclosures in sustainability reports. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 12 (5): 965-1002. DOI:10.1108/SAMPJ-04-2020-0113
- Ferrero-Ferrero, I.; León, R. & Muñoz-Torres, M. (2021) Sustainability materiality matrices in doubt: May Prioritizations of aspects overestimate environmental performance?. *Journal of Environmental Planning and Management*, 64 (3): 432-463. doi: 10.1080/09640568.2020.1766427
- Fiandrino, S.; Tonelli, A. & Devalle, A. (2022) Sustainability materiality research: A systematic literature review of methods, theories and academic themes. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 19 (5): 665-695. DOI: 10.1108/QRAM-07-2021-0141
- GRI Standards (2023a) *Consolidated Set of GRI Standards*. <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>.
- GRI Standards (2023b) EFRAG-GRI Joint Statement of Interoperability. September 5, 2023. <https://www.globalreporting.org/news/news-center/efrag-gri-joint-statement-of- interoperability/>.
- Guix, M.; Font, X. & Bonilla-Priego, M.J. (2019) Materiality: stakeholder accountability choices in hotels' sustainability reports. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 31 (6): 2321-2338. DOI:10.1108/IJCHM-05-2018-0366
- International Financial Reporting Standards (IFRS) (2018) Definition of material amendments to IAS 1 and IAS 8. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/definition-of-materiality/definition-of-material-feedback-statement.pdf>.
- Integrated Reporting Framework (IIRC) (2013) Materiality background paper for IR. <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Materiality.pdf>.

- Jørgensen, S.; Mjøs, A. & Pedersen, L. (2022) Sustainability reporting and approaches to materiality: tensions and potential resolutions. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13 (2): 341-361. DOI: 10.1108/SAMPJ-01-2021-0009
- Karagiannis, J.; Vouros, P.; Sioutas, N. & Evangelinos, K. (2022) Mapping the maritime CSR agenda: A cross-sectoral materiality analysis of sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 338: 130-139. DOI:10.1016/j.jclepro.2021.130139
- KPMG (2022) The Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/de/pdf/Themen/2022/11/Thought-Paper-ESG-CSRD-Reporting-EN.pdf>
- Leite, B. J. & Uysal, V. B. (2023) Does ESG matter to investors? ESG scores and the stock price response to new information. *Global Finance Journal*, 57(3): 10085 DOI: 10.1016/j.gfj.2023.100851
- Madasu, P. (2019) Growing relevance of 'materiality' in sustainability reporting. *Srusti Management Review*, 12 (1): 14-23.
- Ministério das Finanças (2015). Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Diário da República n.º 106/2015, Série I de 2015-06-02, 3470 - 3493. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/98-2015-67356342>
- Mysen, S. (2023) Materiality disclosures in sustainability reporting. An analysis of the shipping industry in Norway. *Master Thesis*. Nova School of Business and Economics. Trabalho não publicado.
- Papafloratos, T.; Markidis, J.; Kotzaivazoglou, J. & Fragidis, G. (2023). Sustainability material topics and materiality analysis in the chemical industry. *Sustainability* 15: 14014. <https://doi.org/10.3390/su151814014>
- Parlamento e Conselho Europeu (2014) Diretiva 2014/95/EU que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. 22 de outubro de 2014. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095>. <http://data.europa.eu/eli/dir/2014/95/oj>.
- Parlamento e Conselho Europeu (2022) Diretiva (EU) 2022/2464 Parlamento e Conselho Europeu. Adotado em 14 de dezembro de, 2022. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2464>
- Puroila, J., & Mäkelä, H. (2019) Matter of opinion. exploring the socio-political nature of materiality disclosures in sustainability reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32 (4): 1043-1072. doi: 10.1108/AAAJ-11-2016-278

- Sustainability Accounting Standarts SASB (2022), <https://www.sasb.org/about/>. Acedido em 20 de janeiro de 2024.
- Sepúlveda-Alzate, Y.M., García-Benau, M.A. & Gómez-Villegas, M. (2021) Materiality assessment: the case of Latin American listed companies. *Sustainability Accounting Management and Policy Journal*, 13(1): 88-113. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-10-2020-0358>
- SNC [Sistema de Normalização Contabilística] (2015) Estrutura Conceptual. Disponível em https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8254_2015_29Jul_EC.pdf
- Torelli, R.; Balluchi F. & Furlotti, K. (2019) The materiality assessment and stakeholder engagement: A content analysis of sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27: 470-484 SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3433149> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3433149>
- Vara, C. (2020) Exploring materiality disclosures in financial reporting evidence from annual reports in Portugal. *Master Thesis*. Nova School of Business and Economics. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/104497>
- Weitzel, P. (2022) Exploring materiality disclosures in non-financial reporting evidence from annual reports in EU companies. *Master Thesis*. Nova School of Business and Economics. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/138685>

Anexos

Anexo 1. Definições de Materialidade

Materialidade financeira	<p>2013: “Para fins de relato integrado (IR), um assunto é relevante se for de tal relevância e importância que possa influenciar substancialmente as avaliações dos fornecedores de capital financeiro no que diz respeito à capacidade da organização de criar valor no curto, médio e longo prazo.” (IIRC 2013: 2):</p>
	<p>2018: “A informação é material se a sua omissão, distorção ou ocultação puder razoavelmente influenciar as decisões que os investidores e credores tomam com base nos comentários da administração e nas demonstrações financeiras relacionadas” (IFRS 2018: 2)</p>
	<p>2023: “A informação é material se houver uma probabilidade substancial de a divulgação do facto omitido ter sido vista pelo investidor razoável como tendo alterado significativamente o ‘mix total’ de informação disponibilizada.” (SASB 2023)</p>
Materialidade de impacto	<p>2018: A informação é material se a sua omissão, distorção ou ocultação puder razoavelmente influenciar as decisões que os investidores e credores tomam com base nos comentários da administração e nas demonstrações financeiras relacionadas.” (IFRS 2018: 2)</p>
	<p>2023: “Aqueles temas que têm impacto direto ou indireto na capacidade de uma organização de criar, preservar ou destruir valor económico, ambiental e social para si mesma, para as suas partes interessadas e para a sociedade em geral” (GRI 2023: 3)</p>
Dupla materialidade	<p>2014: “(...) informações sobre questões ambientais, sociais e de trabalho, respeito pelos direitos humanos e suborno e corrupção, na medida em que tais informações sejam necessárias para uma compreensão do desenvolvimento, desempenho, posição e impacto das atividades da empresa.” (Parlamento Europeu e Conselho 2014: 4)</p>
	<p>2020: “Informação relevante sobre desenvolvimento sustentável é qualquer informação que seja razoavelmente capaz de fazer a diferença nas conclusões tiradas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • partes interessadas relativamente aos impactos positivos e negativos da organização na realização global dos objetivos de desenvolvimento sustentável, e; • financiadores da capacidade da organização criar valor de longo prazo para a organização e para a sociedade.” (Adams, SDGD, 2020: 9)
	<p>2023: “A materialidade deve ser entendida como o critério para inclusão de informações específicas nos relatórios de sustentabilidade. Reflete</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a importância da informação em relação ao fenómeno que pretende retratar ou explicar, (ii) (a sua capacidade de atender às necessidades das partes interessadas de uma entidade, permitindo a tomada de decisões adequadas, e (iii) mais em geral, as necessidades de transparência correspondentes ao bem público europeu. A implementação da materialidade implica a utilização de limites e/ou critérios.” (Comissão Europeia 2023: 12)

Anexo 2. Amostra Inicial: Empresas do PSI20

Empresa	Setor de Actividade*	Auditor	Ênfase ou Reservas	Matriz de Materialidade
Corticeira Amorim	3000	EY	Não	Sim
Galp	0001	PwC	Não	Sim
CTT	2000	KPMG	Não	Sim
EDP	7000	PwC	Não	
Navigator	1000	KPMG1	Não	
Altri	2000	EY	Não	Sim
EDP Renováveis	7000	PwC	Não	Sim
Ibersol	5000	KPMG	Não	
Jerónimo Martins	5000	EY	Não	
Mota-Engil	2000	PwC	Não	
NOS	5000	EY	Não	Sim
Pharol **	6000	BDO	Sim	
Ramada	1000	EY	Não	
REN	7000	EY	Não	
Semapa	1000	KPMG	Não	
Sonae Capital	8000	PwC	Não	
Sonae SGPS	5000	PwC	Não	Sim

Fonte: Relatórios anuais, 2018.

* Código do sector de actividade conforme a classificação da *Industry Classification Benchmark (ICB)*.

** Empresa excluída da amostra inicial, dado apresentar ênfase ou reserva na Certificação Legal de Contas, o EBT negativo e também por questões de dimensão

Anexo 3. Amostra Final: Empresas que Apresentaram Matriz de Materialidade no Relatório Anual

Indicadores de Desempenho	Volume de Negócios		Unidade: milhares de euros		Capitalização
	Receitas	EBT	Ativo Total	Passivo Total	Bolsista
Corticeira Amorim	887,257	102,002	966,074	467,840	1,282,000
Galp	17,182,000	1,689,000	12,687,000	6,640,000	10,523,000
CTT	717,466	32,398	1,768,814	1,622,062	332,000
Altri	777,611	250,640	1,492,189	970,592	1,106,000
EDP Renovaveis	1,696,694	535,611	17,538,710	9,416,306	8,557,000
NOS	1,552,031	170,178	2,925,543	1,841,661	2,681,000
Sonae SGPS	5,950,696	289,208	7,772,494	4,483,677	1,803,000

Fonte: Relatórios e contas (2018)

Empresa	Volume de Negócios		Unidade: milhares de euros		Capitalização
	EBT	Ativo Total	Passivo Total	Bolsista	
Média	4 109 108	438 434	6 450 118	3 634 591	3 754 857
Máximo	17 182 000	1 689 000	17 538 710	9 416 306	10 523 000
Mínimo	Galp 717 466	Galp 32 398	EDP Renováveis 966 074	EDP Renováveis 467 840	Galp 332 000
Mediana	CTT 1 552 031	CTT 250 640	Cort Amorim 2 925 543	Cort Amorim 1 841 661	CTT 1 803 000

Tipos de Relatórios e Contas Analisados

Tipo de relato	# Empresas	%
Consolidado e individual	5	71,43%
Consolidado	2	28,57%
Total	7	100.00%

Anexo 4. Fonte de Dados para o Estudo das Matrizes de Materialidade

Empresa	Tipo de Relatório	Fonte de dados
Altri	Relatório integrado	https://www.altri.pt/pt/investidores
Corticeira Amorim	Relatório de sustentabilidade	https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financieira/relatorios-anuais/ https://www.amorim.com/xms/files/Sustentabilidade/RC2022/Amorim_RC2022_PT_RelatorioSustentabilidade.pdf
CTT	Relatório integrado	https://relatoriointegrado.ctt.pt/ https://relatoriointegrado2022.ctt.pt/pt/home
EDP Renováveis	Relatório de sustentabilidade	https://www.edpr.com/pt-pt/investidores/informacao-para-investidores/relatorios-e-apresentacoes https://www.edpr.com/sites/edpr/files/2024-03/EDPR_AnnualReport2023.pdf
Galp	Relatório integrado	https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Investidores/SharedResources/Relatorios/PT/2022/AIRGalp2022PT0Full.pdf
NOS	Relatório integrado	https://www.nos.pt/pt/institucional/investidores/resultados-e-apresentacoes/resultados https://www.nos.pt/content/dam/nos/assets/documentos/resultados-e-apresentacoes/Relat%C3%B3rio%20Integrado%202022.pdf
SONAE SGPS	Relatório de sustentabilidade	https://www.sonae.pt/pt/media/publicacoes/ https://sonae.pt/fotos/ag/relatoriointegrado_2022_pt_723716621642cbc3c4f93b_1243220884642cc3a3105cd.pdf

Anexo 5. Temas Materiais por Empresa

Empresa	Temas Materiais
Altri	Desenvolvimento do capital humano e atração e retenção de talentos Desenvolvimento local e apoio comunitário Energia e alterações climáticas Envolvimento das partes interessadas Gestão ambiental Gestão da água Gestão sustentável da cadeia de valor Gestão sustentável das florestas e da biodiversidade Saúde e segurança

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Integrado da Altri (2018:5)

Empresa	Temas Materiais
Corticeira Amorim	Desempenho económico Economia circular Eficiência energética e alterações climáticas Impacto ambiental do produto Pesquisa, desenvolvimento e inovação Promoção do montado, da biodiversidade e serviços ecossistémicos Qualidade e responsabilidade do produto Saúde e segurança no trabalho

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Sustentabilidade da Corticeira Amorim (2018:105)

Empresa	Temas Materiais
CTT	Clientes e satisfação dos clientes Desenvolvimento e treino dos empregados Energia, Emissões de CO2 e mudanças climáticas Proteção e segurança de dados Performance económica e valor criado Relacionamento com colaboradores

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Integrado da Relatório Integrado do CTT (2018:5)

Empresa	Temas Materiais
EDP Renováveis	<p>Comunicação e transparência</p> <p>Envolvimento e desenvolvimento comunitário</p> <p>Das alterações climáticas</p> <p>Ética corporativa</p> <p>Gestão ambiental</p> <p>Gestão de fornecedores</p> <p>Gestão de pessoas</p> <p>Inovação</p> <p>Promoção de energias renováveis</p> <p>Saúde e segurança</p> <p>Sustentabilidade empresarial</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Sustentabilidade da EDP Renováveis (2018:108)

Empresa	Temas Materiais
Galp	<p>Atração e retenção de talentos</p> <p>Biodiversidade e ecossistemas</p> <p>Desenvolvimento comunitário local</p> <p>Diálogo e envolvimento das partes interessadas</p> <p>Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação</p> <p>Divulgação de informações relacionadas ao clima financeiro</p> <p>Eficiência energética das operações, produtos e serviços</p> <p>Ética, transparência e <i>compliance</i></p> <p>Gestão sustentável da cadeia de abastecimento</p> <p>Inovação tecnológica e digitalização</p> <p>Pesquisa e tecnologia</p> <p>Portfólio adequado para atender às necessidades energéticas</p> <p>Saúde, segurança e meio ambiente</p> <p>Treinamento e desenvolvimento</p> <p>Uso sustentável de recursos</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Integrado da Galp (2018:1.5)

Empresa	Temas Materiais
NOS	Acesso aos conteúdos Atendimento ao cliente Avaliação e desenvolvimento Condições de trabalho Conduta Corrupção Envolvimento das partes interessadas Gestão de talentos Governo da empresa Impactos sociais da cadeia de abastecimento Inovação e empreendedorismo Marketing responsável Privacidade Propriedade intelectual Resposta a situações de emergência Saúde e segurança no trabalho Transparência e confiabilidade das informações

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Integrado da NOS (2018: 83)

Empresa	Temas Materiais
SONAE SGPS	Agricultura e pesca sustentáveis Cadeia de fornecimento sustentável Combater o desperdício alimentar Consumo de energia, energias renováveis e eficiência energética Desenvolvimento do capital humano Diversidade Ecoeficiência Envolvimento da comunidade Gestão de resíduos Impacto de sacolas e embalagens plásticas Inclusão e oportunidades de igualdade Proteção da biodiversidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Sustentabilidade da SONAE SGPS (2018:8)

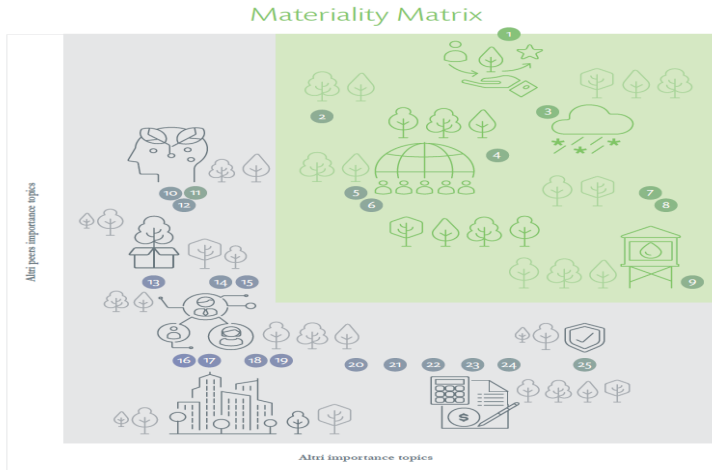
Anexo 6. Partes Interessadas por Empresa (*Stakeholders*)

Partes interessadas por Empresa	EDP Renováveis	Corticeira Amorim	SONAE SGPS	Altri	NOS	CTT
Empregados ou colaboradores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Reguladores, entidades governamentais e oficiais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Acionistas e investidores	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
Clientes		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fornecedores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Organizações não governamentais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Media	Sim	Sim	Sim		Sim	
Comunidade académica e científica	Sim			Sim		
Concorrentes	Sim					Sim
Sindicatos e comissões de trabalhadores	Sim					Sim
Instituições financeiras	Sim				Sim	
Parceiros e sociedade civil		Sim				
Associações e instituições internacionais	Sim					
Municipalidades	Sim					
Indústria					Sim	
Logistas			Sim			

Fonte: Elaboração da autora.

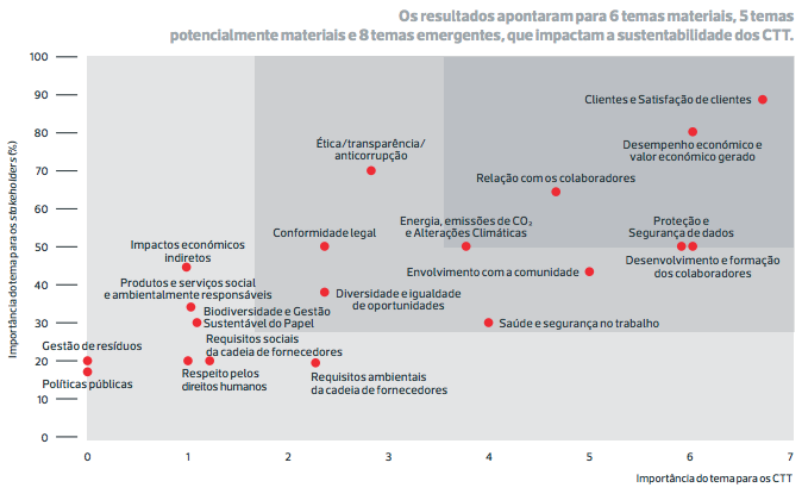
Anexo 7. Matrizes de Materialidade

Figura A.1 – Matriz de Materialidade ALTRI



Fonte: Relatório Integrado da Altri (2018: 5).

Figura A.2 – Matriz de Materialidade da CTT



Fonte: Relatório Integrado da CTT (2018).

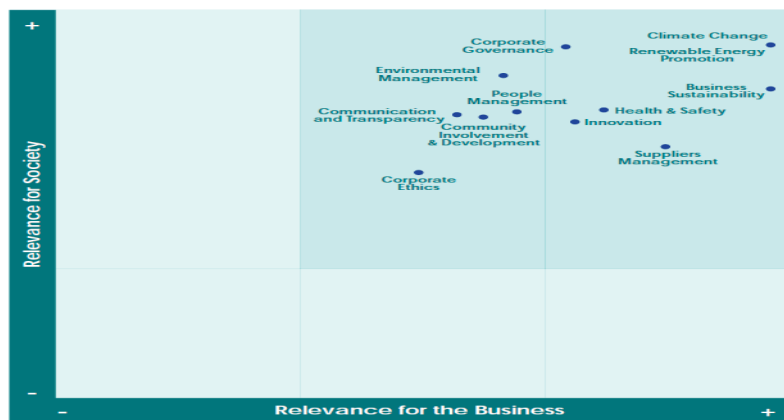


Figura A.3 – Matriz de Materialidade da EDP Renováveis

RESULTS

The materiality matrix describes visually and promptly the most sensitive and impacting themes by comparing the relevance to society with the relevance to the business. The critical and sensitive themes for the business, obtained from the analysis of the materiality matrix, allows the company to drive the strategy and support the decision-making process as well as to focus the report of information based on shared interests between EDP and stakeholder, facilitating the relationship between them.

MATERIALITY MATRIX



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da EDP Renováveis (2018: 108).

Figura A.4 – Matriz de Materialidade da Galp



Fonte: Relatório Integrado da Galp (2018: 1.5).

